

Ética e Moral: Esfera Pública e Esfera Privada

Friday, August 16, 2024 4:58 PM

A atuação em cargos públicos pode colocar as pessoas em situações de dilema moral. Um dilema moral é uma situação de difícil decisão, na qual as convicções morais podem se chocar com as exigências da ética pública. No caso de pessoas que ocupam cargos que exigem decisões que envolvem a saúde pública, por exemplo, esses profissionais podem passar por verdadeiros dilemas entre a sua própria formação religiosa, por exemplo, e a necessidade de decidir a partir de uma ideia de bem comum.

O Ministro: benefício público ou conformidade religiosa?

O ministro da Saúde de um país latino-americano, nos anos 1980, viu-se diante de um dilema desse tipo.

- De formação religiosa rigorosa e praticante entusiasmado do catolicismo, ele se viu diante da necessidade de promover uma campanha para incentivar o uso de contraceptivos no país para tentar diminuir a propagação do vírus da Aids. O uso de determinado contraceptivo comprovadamente diminui as chances de contágio e essa medida seria uma ação de benefício público que deveria ser levada adiante pelo seu ministério.
- O que ocorreu, no entanto, nesse caso, foi que a formação moral do ministro era baseada na formação religiosa; especificamente na sua religião o uso de contraceptivos é proibido por uma questão doutrinal.

Conclusão do caso

Mesmo sem entrar mais a fundo na questão da proibição da contracepção pela religião, o ministro julgou que o governo faria uma apologia do sexo livre e sem responsabilidade, principalmente na época do carnaval, se promovesse a campanha.

Essa questão, que ocupou a mente do ministro por semanas, **é um caso de conflito entre a esfera pública e a esfera privada.**

☆ Para refletir:

Como nas modernas repúblicas democráticas o estado é laico, isto é, não adota uma religião como orientação principal e determinante de suas decisões, a medida governamental deveria obedecer a uma orientação científica, baseada em estatísticas e estudos sobre o efeito do uso de contraceptivos em relação à propagação da doença transmissível por relações sexuais.

No caso em questão, o ministro poderia decidir a partir 3 possibilidades:

- poderia decidir contrariamente à sua fé e, consequentemente, à sua formação e crenças morais;
- poderia decidir com base em sua moralidade e tomar uma medida contrária ao interesse público;
- ou poderia abdicar de seu cargo, julgando, por razões pessoais, incapaz de tomar tal decisão devido ao conflito moral que se estabeleceria em sua consciência.

Em sua opinião, qual seria a decisão mais acertada, do ponto de vista da ética?